

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO (TI VELHO CHICO): POSSIBILIDADES PARA TRANSFORMAÇÃO DE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS VIGENTES E OBSERVADAS NA BAHIA DO SÉCULO XXI

GT 2 – Economia Internacional, Economia Brasileira, Regional e Baiana

Érico Rodrigo Mineiro Pereira¹

RESUMO

O Território de Identidade Velho Chico situa-se dentre aqueles de pior situação do ponto de vista socioeconômico, dificultando, entre outras coisas, a fixação de pessoas em virtude da baixa qualidade de vida que oferece; além de condições desfavoráveis para aqueles que, por motivos diversos, não conseguiram buscar alternativas melhores. O objetivo deste trabalho é apontar para possíveis saídas ao problema, identificando contribuições que investimentos em infraestrutura econômica e educação possam possibilitar, algo que será feito por meio da análise do que esses tipos de investimento acrescentaram à região nos últimos vinte anos. Citam-se, neste contexto, os planos de desenvolvimento já implementados pela FUNDIFRAM e CODEVASF. E aqueles consubstanciados na construção de pontes e rodovias locais, corolários todos de iniciativas que tiveram início na década de 1940. Ao fim e ao cabo, entende-se aqui a pobreza como histórica e contrária ao desenvolvimento das potencialidades presentes no contexto social.

Palavras-chave: Território de Identidade Velho Chico. Pobreza. Desenvolvimento Regional

1. INTRODUÇÃO

A produção econômica avançou na esteira do desenvolvimento da técnica e do aumento da produtividade, causando acelerada urbanização em certas áreas, bem como desequilíbrios econômico-regionais que inicialmente a teoria econômica neoclássica não conseguia ver, haja vista a sua concepção homogênea de espaço (SOUZA, 1981). O ritmo de acumulação do capital formatou um tipo específico de desenvolvimento, o qual passou a desafiar a ciência a ponto de fazer emergirem pesquisas para a compreensão da realidade assim constituída. Pochmann e Silva (2020), em recorte histórico a partir da transição economia agroexportadora/ industrial, quando a riqueza acumulada em virtude da cultura do café serviu como financiadora de atividades industriais locais, afirmam a desigualdade social enquanto categoria importante da realidade do país. A Bahia participa e padece da mesma problemática,

¹ Professor Assistente da UESB; Doutorando em Desenvolvimento Regional e urbano (Unifacs). *E-mail:* ericorpereira@gmail.com

reproduzindo em seu interior igual disparidade entre regiões, com reflexos na situação socioeconômica de seus habitantes. Segundo SEI (2014), dezoito dos seus municípios produzem 70% da riqueza estadual. Trata-se de espaços relativamente diferenciados entre si, nos quais se sente a falta de, por exemplo, uma agricultura familiar com grau significativo de dinamismo econômico (SEI, 2017).

O Objetivo geral desta pesquisa é analisar, a partir de SEI (2014; 2017; 2018) e Estrela (2011), quais as contribuições que investimentos econômicos e educacionais deram ao TI Velho Chico no sentido de diminuir a situação de pobreza ali verificada². Os específicos são: 1) identificar os aspectos metodológicos e elementos estruturantes, bem como os diagnósticos construídos a partir dos estudos e trabalhos empreendidos pelas entidades SEI, FUNDIFRAN e CODEVASF³ para utilizá-los como saídas para o desenvolvimento econômico e regional baiano no TI Velho Chico; 2) relacionar investimentos em educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico, observando e desenvolvendo conexões e controvérsias entre as facetas, assim como possíveis causalidades entre educação e desenvolvimento; por fim, (3) identificar investimentos que possam ser feitos em educação e infraestrutura no TI Velho Chico, buscando em seu contexto socioeconômico informações no sentido de diminuir as condições de pobreza ali vigentes.

A justificativa é a constatação da situação antiga de miséria em que vivem milhares de pessoas da região, seguida de um sentimento de inquietação e da conseqüente busca por transformar uma realidade que é histórica em prol da construção de um quadro socioeconômico favorável ao pleno desenvolvimento das pessoas e da sociedade ali existentes. A hipótese proposta é: investimentos econômicos e educacionais mostram-se suficientes para equalizar as condições predominantes no TI Velho Chico, frente àqueles de maior desenvolvimento econômico no Estado, de maneira a torná-los minimamente equiparáveis em termos socioeconômicos.

Após esta cessão, seguem-se a metodologia, um box com breve histórico do território em estudo, seguido por estatísticas socioeconômicas locais. Após o que, considerações finais e referências utilizadas.

² A escolha por SEI (2014; 2017; 2018) e Estrela (2011) se dá em função, respectivamente, de seus estudos sobre a pobreza na Bahia e sobre o importante relato feito por esta última das experiências de desenvolvimento implementadas pela FUNDIFRAN e CODEVASF no TI Velho Chico.

³ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, entidade criada em 1974 e responsável pelo desenvolvimento de projetos infra estruturais nessa região.

das energias renováveis – eólica e solar, respectivamente. A Oeste, o agronegócio – em Barra e Muquém do São Francisco. O Rio São Francisco suplementa o cenário, banhando vários de seus municípios e gerando vantagens alocativas diversas.

Do ponto de vista econômico, representa menos de 2% do PIB estadual (SEI, 2018). Em termos educacionais localiza-se numa zona mediana entre os territórios mais bem escolarizados e os com maior número de analfabetos. Em um e outro caso, bem diferente em relação aos Territórios Metropolitano e Portal do Sertão. Outrossim, caracterizava-se como rota de tropeiros que transitavam do Recôncavo baiano a Minas Gerais, no que atravessavam o São Francisco em jornadas épicas marcadas pelos passos dos animais de montaria, pelos peixes que disputavam o gado aos tropeiros e pelo próprio gado, que caminhava longas distâncias para alimentar as Minas de Minas Gerais.

Convém compreender certo histórico da região, notadamente da maneira como adentra o século XXI, bem como pelas ideias implementadas em prol de seu desenvolvimento ao longo do século XX (da década de 1940 em diante), a fim de pensar medidas e saídas para o seu desenvolvimento na atualidade. Estrela (2011) comenta dos planos desenvolvidos e articulados, a partir da década de 1970, pela FUNDIFRAN e CODEVASF (1974), bem como dos demais investimentos realizados pelo poder público na forma de rodovias (BR 242, de Barreiras a Ibotirama, e a Brasília-Ilhéus, passando por Bom Jesus da Lapa, e que escoava parte da produção de grãos do Oeste), pontes (entre Ibotirama e Muquém do São Francisco), e planos concebidos no âmbito do PLAVASF⁴, que “[...] consistiria em um projeto voltado para a realização de irrigação, formação de empresas, intervenção na atividade pesqueira e na produção e beneficiamento de grãos (CARVALHO, 1996: 80), enfim na instalação do agronegócio” (ESTRELA, 2011, pp. 15-16).

Para consecução desta pesquisa em seus objetivos, e verificação de sua hipótese, pretende-se rever a literatura referente a desenvolvimento e desenvolvimento regional, no contexto do século XXI, bem como realizar pesquisa documental e bibliográfica em entidades como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), FUNDIFRAN e CODEVASF; no Plano Diretor PLAVASF; nos Planos Plurianuais pensados pelo Governo estadual e aprovados pela Assembleia Legislativa da Bahia, referentes ao período 2000/2020. A ideia é refletir sobre o que já foi feito e levar em conta as consequências derivadas dos diagnósticos

⁴ Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, “Apresentado na Câmara dos Deputados em 1991 [...]” (ESTRELA, 2011, p. 15 – destaque do autor).

e planos implementados, comparando o painel resultante com os dados e indicadores socioeconômicos presentes na região. Por fim, concluir sobre a possibilidade ou não de investimentos em infraestrutura econômica e educação modificarem as condições experimentadas por aquela sociedade predominantemente ribeirinha.

3. HISTÓRIA, ESTATÍSTICAS e CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Nesta parte se fará breve relato sobre os aspectos histórico - de formação do TI Velho Chico, socioeconômico - por meio de um painel com dados estatísticos acerca da pobreza na região, e teórico, quando se fará breve exposição de saídas apontadas por estudiosos da pobreza no Brasil e no mundo.

Do ponto de vista histórico, o país emerge para o mundo a partir das navegações portuguesas e da divisão, entre Portugal e Espanha, da terra “descoberta”. Daí todo o futuro hoje conhecido, incluindo-se a maneira como foi ocupada e colonizada a sua imensa extensão territorial, que hoje encontra-se dividida em 27 unidades federativas, as quais formam regiões e sub-regiões desequilibradas do ponto de vista econômico e social. Ao fim e ao cabo, coube aos lusitanos a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das suas terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos [dos Espanhóis]” (FURTADO, 1963, p. 10). Nesse contexto, a instituição Sesmaria foi aqui largamente utilizada no processo colonizador, algo que mais tarde iria marcar o TI Velho Chico.

À margem esquerda do Rio São Francisco, em áreas que hoje pertencem ao município de Barra, localizavam-se posses da “Casa da Torre, de Garcia D’Ávila”; à margem direita, a sesmaria da Casa da Ponte, de Antônio Guedes de Brito – especificamente onde hoje se localiza o município de Bom Jesus da Lapa (SEI, 2018, p. 177). Ribeiro e Oliveira (2015, p. 188), em trabalho relativo a essa fatia do território baiano, aponta as relações ali existentes entre propriedade da terra e poder político, e a própria concentração de terra. Segundo as autoras, dos 16 municípios componentes - Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, “[...] nove apresentam um grau de concentração [de terra] de forte a muito forte”, com destaque para os municípios de Barra, Muquém do São Francisco e Malhada, com 0,906, 0,886 e 0,876, respectivamente (Projeto GeograFAR)”.

Esse rio banha áreas de quase todos os municípios componentes do território, embora isso não signifique que esses entes federativos estejam bem atendidos em suas demandas hídricas. O IBGE (2011 *apud* SEI, 2018, p.191) aponta, por exemplo, que “[...] no ano de 2010, a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado foi de 69,4%” (esse índice era de 80% para o Estado como um todo), sendo Brotas de Macaúbas o mais carente dentre eles, com apenas 29,4% de seus domicílios atendidos pelo importante recurso (*idem*, *ibidem*). Silveira (2015) destaca uma correlação que existiria entre o pleno abastecimento de água potável e o combate à extrema pobreza. A superação do problema, segundo diz, seria, assim, recomendação de organismos internacionais.

Os 16 municípios do TI Velho Chico formam um conglomerado com 370.095 mil habitantes - 2,6% dos habitantes do Estado da Bahia, distribuídos em 45.622,10 km² - 8,07% do território (IBGE, 2010 *apud* SEI, 2018). Na questão da educação, existem os que se constituem em verdadeiros polos educacionais (Bom Jesus da Lapa, com universidades e instituições de ensino federais e estaduais, além de entidades particulares) e os que ostentam elevados contingentes de analfabetos (Matina, 31,2% e Morpará, 27,9%) (SEI, 2008). No assunto economia, possui municípios com PIB de R\$ 630 milhões – Bom Jesus da Lapa, e outros com R\$ 48 milhões – Morpará, passando por alguns com produtos no valor de R\$ 296 milhões e R\$ 274 milhões – Barra e Ibotirama (SEI, 2018), respectivamente. O Coeficiente de Gini do território apresenta também valores interessantes e bem característicos, também abaixo do ostentado pelo Estado em 2010 (0,631). As cidades Sítio do Mato, Brotas de Macaúbas e Bom Jesus da Lapa têm índices respectivos nos valores 0,596, 0,565 e 0,564, sendo que a penúltima destas, conforme se disse acima, ostenta o maior Produto Interno Bruto dessa região (de uma forma geral, o Gini dessa região é 0,578) (IBGE, 2001; 2011 *apud* SEI, 2018). A figura 02 abaixo mostra com ênfase o quadro de pobreza ali instalado. Toda a área marcada pela cor vermelho-escura, por exemplo, indica índices de extrema pobreza num intervalo que vai de 22,71% a 28,40% de sua população. Em contraste, o Portal do Sertão e a Região Metropolitana, 6,20% e 11,70%. Abordando de outra forma, SEI (2017) menciona o que denomina Manchas de Pobreza e destaca o que seriam quatro grandes áreas as quais comportam em seu território índices extremamente baixos em termos de Saúde, Educação, Moradia, Emigração e Renda. Segundo estes critérios, a porção norte do TI Velho Chico teria ficado abandonada pelo poder público após mudanças que ocorreram na direção outrora seguida pelos fatores de desenvolvimento econômicos no Estado.

e 1,30%. O mais baixo da Bahia, embora comum a outros Territórios (Piemonte da Chapada, Bacia do Jacuípe, Piemonte do Paraguassu, dentre outros). O Metropolitano de Salvador possui representativa localizada entre 7,15% e 44,97% em termos de produto (SEI, 2021).

Considerado por alguns como sinônimo de crescimento, por outros, como consequência do crescimento, o vocábulo desenvolvimento segue fazendo seu curso nas ciências sociais e na sociedade no que se refere à questão da pobreza. Tang (2019) afirma que o combate à pobreza deve estar ligado aos objetivos finais do desenvolvimento, algo como colocar a melhoria das condições socioeconômicas do ser humano como objetivo. Silva (2002, p. 29), neste contexto, propugna pela integração de políticas sociais e econômicas de forma a se obter um “desenvolvimento econômico harmônico”, muito embora seja incrédula quanto a essa possibilidade. Para ela, a “A questão que se coloca é se numa sociedade, intrinsecamente fundada na exploração e na exclusão e na desigualdade, é possível se concretizar o ideal da integração do econômico com o social na perspectiva da equidade. [...]”.

Vieira e Santos (2012, p. 366) falam da necessidade de que se supere a questão meramente econômica quando se fala em desenvolvimento. Segundo sustentam, “[...] O valor atribuído aos bens materiais e imateriais é relativo à matriz histórica e cultural de cada região. [...]”. Os habitantes do TI Velho Chico, assim, teriam necessidades específicas, diferentes das que povos de outras regiões sentem. Perrons (2012), de sua parte, defende o entrelaçamento entre desigualdade econômica, social e espacial, fazendo a devida crítica a movimentos de desvinculação entre essas três faces. Rodriguez; Sanchez-Riofrío (2017) afirmam, no processo de desenvolvimento, o papel das tecnologias da informação, muito embora façam importante ponderação. De um lado dizem que elas aumentam a produtividade e os níveis de acumulação, de outro que fazem aumentar a desigualdade econômica e social. Em sua visão tornar-se-ia necessário investir em educação e outras políticas públicas.

No mesmo contexto expõem Mushtaq e Bruneau (2019), mas desta feita quanto ao aspecto da inclusão financeira das pessoas e a relação desse fator com o crescimento econômico. Em sua visão, as TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação, influenciam na redução da pobreza, além de causarem crescimento econômico. Para além de questões tecnológicas, Brugué; Gomà e Subirats (2002) patenteiam não serem localizadas e setorializadas as questões de exclusão social. Daí sugerirem a renda universal de cidadania como desafio básico. Tilak (2007) afirma a importância de políticas sociais voltadas não somente para a educação fundamental como também para a de ensino médio e superior com vistas ao

crescimento econômico. Abordando a realidade da Índia, ele contradita certa tendência existente em seu país de promover um nível de educação em detrimento a outro. Em termos de Brasil, Souto; Santos e Pessotti (2017), analisando em trabalho preliminar dados empíricos acerca da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), afirmam da influência existente entre a criação dessa instituição de nível superior e melhorias havidas em geração de emprego, crescimento econômico e desenvolvimento regional.

Sandroni (1999, p. 476) define “pobreza” como situação em que pessoas ou grupos de pessoas se encontram impossibilitadas de satisfazer necessidades mínimas nos itens alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação, dada a “[...] insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo [...]”. A SEI (2014, 2017), por sua vez, em estudo realizado sobre o fenômeno na Bahia, e aqui já referido, utiliza as dimensões Educação, Saúde, Moradia, Emigração e Renda, concluindo, ao final, ser esta a determinante em última instância da pobreza. É importante pôr em relevo que, ao contrário do economista Paulo Sandroni (1944 - ...), a SEI entende a pobreza como multidimensional. Vale lembrar, por fim, com Stampini et (2015), que o assunto pobreza atinge não somente pobres crônicos, como também a própria classe média, sujeita que está à pobreza transitória e temporária.

Escrevendo acerca da realidade nacional e de condições semelhantes àquelas experimentadas por boa parte do povo ribeirinho no São Francisco, Silva; Bruno; Silva (2020, p. 159), em análise para o interregno 2004-2015, afirma, de forma irretocável:

A pobreza, enquanto mazela social, é totalmente desnecessária para a humanidade, pois condena milhões de pessoas (tanto jovens quanto adultos) a uma existência aquém das possibilidades de pleno desenvolvimento humano. Uma grande parcela da população é condenada a viver na mesma condição social das gerações passadas e a ocupar papéis sociais semelhantes reproduzindo padrões de vida insatisfatórios. Enfim, a pobreza torna a sociedade mais enrijecida, pois bloqueia a mobilidade social para uma parcela considerável da população.

Segundo esses autores, embora o setor privado não deixe de ter suas responsabilidades perante o assunto, cabe ao “Estado e suas instituições” o combate principal por meio de uma tributação progressiva que atinja “renda e riqueza” e de investimentos públicos que visem “tanto à geração de renda quanto à ampliação de postos de trabalho e ocupação para as parcelas da população em condições de pobreza” (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020, p. 159). Outras saídas são apontadas, como a disponibilização das terras aos que nela de fato trabalham (Ribeiro e Oliveira, 2015). Concretamente, entidades como a FUNDIFRAN, a partir de sua criação na década de 1970, articulou em vários municípios do TI Velho Chico

políticas que envolveram saídas articuladoras de “[...] ações assistenciais e de cunho político/formativo, assumindo no que diz respeito a alguns aspectos, de certo modo, o papel do Estado, passando a desenvolver ações nos campos da medicina preventiva, da educação [...], voltados à participação popular” (ESTRELA, 2011, pp. 11-12). Ao lado do reconhecimento do trabalho realizado por aquela entidade, no entanto, a mesma autora tece crítica à concepção hierarquizada e assimétrica que acabou embasando a atuação da entidade, fato que atuou no sentido de manter laços coronelísticos e de mando muito presentes na região.

Procedeu-se nessa parte do trabalho a uma breve explanação sobre história, condições socioeconômicas e teorias que propugnam pelo desenvolvimento. De pronto, fica explícita a relação existente entre essas dimensões e a qualidade de vida experimentada em sociedade. Em segundo lugar, ressaem as muitas saídas pensadas por estudiosos brasileiros e estrangeiros acerca do assunto pobreza, restando o desafio de localizá-las no contexto do TI Velho Chico, nas dimensões educação e investimentos econômicos, conforme a hipótese de trabalho apontada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Originado em primeira instância no processo de colonização do território brasileiro por meio do sistema das Sesmarias, o TI Velho Chico e os municípios que hoje o compõem mostram-se diversificados em termos históricos, geográficos e socioeconômicos. A população ali vivente, da mesma forma, diversifica-se nos municípios muito embora padeça de condições socioeconômicas semelhantes e em níveis mais baixos do que aquele registrado para o Estado como um todo. Procurar saídas para tal situação, com base em investimentos educacionais e econômicos, tendo por contexto aquilo que já foi tentado em prol do desenvolvimento local, constitui tentativa de elevar a qualidade de vida, no que se buscará atingir a questão histórica da pobreza em suas causas e origens.

A hipótese de focalizar investimentos em educação e infraestrutura não é original, pois foi pensada também para a realidade dos Estados brasileiros. Pochmann e Silva (2020) partiram da ideia do desequilíbrio e propuseram investimentos nessas áreas como saída equalizadora. Em seu trabalho afirmam que seriam estruturais as mudanças daí decorrentes ao que contrapõem mudanças advindas de políticas para transferências de renda, tidas pelos autores como de curto prazo. Torna-se necessário, agora, provar a hipótese neste trabalho aventada tendo o Estado da Bahia como foco, realizando a devida pesquisa bibliográfica e documental

a fim de identificar as consequências socioeconômicas advindas para o TI Velho Chico das inversões feitas nos primeiros vinte anos do século XXI em educação e infraestrutura econômica.

5. REFERÊNCIAS

BRUGUE, Q.; GOMA, R.; SUBIRATS, J. De la Pobreza a la Exclusión Social. Nuevos Retos Para las Políticas Públicas. **Revista Internacional de Sociologia**, Vol 60 Num 33 (2002).

ESTRELA, E.S. **Ação Coletiva no Alto-Médio São Francisco**: o caso da Fundifran (1971-2003). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

MUSHTAQ, R; BRUNEAU, C. Microfinance, Financial Inclusion and ICT: implications for poverty and inequality. **Technology in Society**. Volume 59, November 2019.

PERRONS, D. Regional Performance and Inequality: linking economic and social development through a capabilities approach. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, 2012, 5, 15–29

POCHMANN, M; SILVA, L. C. Concentração Espacial da Produção e Desigualdades Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, 2020.

RIBEIRO, C.S OLIVEIRA, G.G. de. Poder Político e Propriedade da Terra no Território do Velho Chico, Ba. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 179-207.

RODRIGUEZ, J.G; SANCHEZ-RIOFRÍO, A. TIC y Pobreza en América Latina. **Revista de Ciências Sociales**. Num. 57, Quito, enero 2017, pp. 141-160.

SANDRONI, P (Org.) **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, 1999.

SILVA, M.O. S. O Debate Sobre A Pobreza: Questões Teórico-Conceituais. V. 06, Nº 02, 2002. **Revista de Políticas Públicas**. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3720>. Acesso a 26/02/2021.

SILVA, J.J; BRUNO, M.A.P; SILVA, D.B.N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, vol. 40, nº 1, pp. 138-160, janeiro-março/2020.

- SILVEIRA, S.M.B. **A geopolítica da sede no Brasil**: um estudo sobre a água e pobreza no campo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.
- SOUTO, R.L.S; SANTOS, F. da S; PESSOTI, G.C. Educação Superior Como Vetor de Desenvolvimento Regional: análise atual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e seus reflexos econômicos para o município de Cachoeira. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 27, n. 2, pp. 105-129, maio de 2018. Disponível em <https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/109>. Acesso a 11/04/2021
- SOUZA, N. de J. Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981.
- STAMPINI, M [et al). Poverty, Vulnerability and The Midle Class in America Latica. **Inter-American Development Bank Social Protection and Health Division**. Mayo de 2015.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais. Salvador: **SEI**, 2014.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Manchas de Pobreza e Desenvolvimento Regional na Bahia. Salvador: **SEI**, 2017.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Perfil dos Territórios de Identidade. Salvador: **SEI**, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).
- TANG L. (2019) Multidimensional Poverty and Anti-poverty Policy. In: Zuo C. (eds) **The Evolution of China's Poverty Alleviation and Development Policy (2001-2015)**. Research Series on the Chinese Dream and China's Development Path. Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-13-1690-6_6
- TILAK, J.B.G. Post-Elementary Education, Poverty and Development in India. **International Journal of Education Development**. Volume 27, Issue 4, july 2007, pp. 435-445
- VIEIRA, E.T; SANTOS, M.J. dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **G&DR** • v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil